

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

**DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)**

Atena
Editora
Ano 2021



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

DENISE PEREIRA
JANAÍNA DE PAULA DO ESPÍRITO SANTO
(ORGANIZADORAS)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

História: consensos e dissensos engendrados

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: consensos e dissensos engendrados / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-231-6
<https://doi.org/10.22533/at.ed.316212806>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Quando lemos um bom texto e nos sentimos satisfeitos com a argumentação de qualquer autor a respeito de suas ideias, se parece coerente ou verossímil, isso acontece por que o autor ou autora foi bem sucedido em demonstrar suas ideias e sua metodologia, apresentando o seu paradigma. Mas pensar em paradigma ou ainda no que o teórico Jörn Rüsen chamou de matriz disciplinar vai além da qualidade argumentativa e metodológica das ideias de qualquer texto. Um paradigma funciona como uma espécie de base que é reconhecida por um número considerável de pesquisadores e em torno das quais muitas ideias, e hipóteses são apresentadas e testadas. São os diálogos entre os paradigmas e matrizes que ajudam o pesquisador no caminhar em busca da compreensão de questões sociais e históricas, quaisquer que sejam, que estejam movendo as pessoas que pesquisam e escrevem.

Dentro desses sistemas amplos, ou matrizes, que acabam movendo os diferentes profissionais e suas práticas, e que acabam por articular escolhas de formulação e pesquisas diversos, não podemos dizer que há sempre o consenso ou o caminho único, uma única teoria que prevaleça ou valide os olhares possíveis aos inúmeros objetos.

Justamente por sua natureza plural, o trajeto da pesquisa é permeado por consensos e dissensos... Ou seja, por mais que exista um núcleo comum em torno do método e dos valores de rigor em cada pesquisa, os diferentes caminhos possíveis marcam uma produção intelectual do campo em que multiplicidade deva ser reconhecida e respeitada como que realmente é: uma miríade de possibilidades válidas. Assim, é importante enquanto pesquisadores estarmos atentos e conhecermos a fundo tanto o que prevalece comum e consensual, como toda e qualquer possibilidade de falta desse consenso, como características da riqueza do conhecimento e da história, do fortalecimento do diálogo entre os pares e portanto, da própria ciência.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!


Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A ELITE INTELECTUAL *ÁULICA*: JORNAIS, IDEIAS E OS SEUS REDATORES NA CORTE FLUMINENSE (1822-1831)

Nelson Ferreira Marques Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128061>

CAPÍTULO 2..... 12

A FACE INVISÍVEL DAS MULHERES IMIGRANTES POLONESAS NO BRASIL

Isabella Czamanski Rota

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128062>

CAPÍTULO 3..... 23

A POSSIBILIDADE DE LEITURA DO RELATO DE VIAGEM SOB A ÓTICA DO LUGAR DE MEMÓRIA

Douglas Pastrello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128063>

CAPÍTULO 4..... 31

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Nara Viviany Moura de Oliveira

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128064>

CAPÍTULO 5..... 45

SENSORY EVALUATION OF FOOD AND ITS EVOLUTION OVERTIME

Alice Vilela

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128065>

CAPÍTULO 6..... 59

CELEBRAÇÕES CÍVICAS REALIZADAS PELO GINÁSIO MUNICIPAL DE SERROLÂNDIA-BA NO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR (1964-1985)

Marconey de Jesus Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128066>

CAPÍTULO 7..... 69

DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS E DOS CUIDADOS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA EM PORTUGAL








Maria José de Oliveira Santos








Elisabete Soares Ferreira





Anabela Martins Pinto de Figueiredo

Manuela Maria da Conceição Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128067>

CAPÍTULO 8	81
DIVULGAÇÃO DAS CIÊNCIAS GEOLÓGICAS POR MEIO DA LINGUAGEM VISUAL: O PAPEL PEDAGÓGICO DO LIVRO DE TEXTO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	
Heitor Assis Júnior Pedro Wagner Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128068	
CAPÍTULO 9	97
GEOGRAFIAS DA REPRESSÃO POLICIAL - RELIGIOSOS DA FREGUESIA DE SANT'ANNA NO RIO DE JANEIRO (1890 – 1929)	
Valquiria Cristina Rodrigues Velasco	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.3162128069	
CAPÍTULO 10	109
HISTÓRIA DO ENSINO DE HISTOLOGIA E DE PATOLOGIA	
Ana Margarida Calado	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280610	
CAPÍTULO 11	121
HISTÓRIA DO LUGAR BRASIVIANO NA FRONTEIRA BRASIL – BOLÍVIA	
Francisco Marquelino Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280611	
CAPÍTULO 12	129
LEITURA DE MAPA: RELATO DE EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO 6º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO COLÉGIO PRESIDENTE CASTELO BRANCO	
Anna Clara Barbosa de Sousa Nilda Aparecida Pascoal Rezende	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280612	
CAPÍTULO 13	142
“LEMBRAR-SE É TER UMA LEMBRANÇA OU IR EM BUSCA DE UMA LEMBRANÇA”: COLETÂNEA DE ENTREVISTAS DOS/AS MORADORES DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO- MASCOTE BAHIA	
Luciara Santos dos Anjos Maria Sandra da Gama	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280613	
CAPÍTULO 14	152
O ASSUNTO-ÔNIBUS EM PROGRAMAS DE DEBATE NO JORNALISMO ESPORTIVO	
André Ricardo Carbone Egle Müller Spinelli	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280614	

CAPÍTULO 15	164
O CONCEITO DE DERIVADA NOS PROGRAMAS OFICIAIS DE MATEMÁTICA DO SÉCULO XX	
Ana Paula Florêncio Aires	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280615	
CAPÍTULO 16	177
O GUETO HOMOSSEXUAL E O TEXTO <i>SAINDO DO GUETO</i> DO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA	
Vinícius Potrich de Souza Macedo Gonçalves	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280616	
CAPÍTULO 17	186
O HOLODOMOR E SUAS REPRESENTAÇÕES A PARTIR DO JORNAL <i>CHLIBOROB</i>	
Henrique Schlumberger Vitchmichen	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280617	
CAPÍTULO 18	196
O <i>SALTÉRIO DE LUTTRELL</i> (C.1345): POSSIBILIDADES DE ESTUDO	
Jaime Estevão dos Reis	
Giovanni Bruno Alves	
Vinicius Tivo Soares	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280618	
CAPÍTULO 19	206
O VALE DO RIO TAQUARI COMO ANTRO DE “NEONAZISMO”?	
René Ernaini Gertz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280619	
CAPÍTULO 20	218
POBRES E DESVALIDAS: CLAMOR E CARIDADE NAS SÚPLICAS DAS MÃES DA SECA EM TERESINA (1877-1879)	
Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves	
Nara Viviany Moura de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280620	
CAPÍTULO 21	227
QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NO INTERIOR BAIANO: A PRÁTICA DO FUTEBOL FEMININO NA CIDADE DE GUANAMBI-BA	
Nivalda Pereira Coelho	
Felipe Eduardo Ferreira Marta	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280621	

CAPÍTULO 22	234
SÃO JERÔNIMO: BREVE HAGIOGRAFIA Maria Cristina da Silva Martins  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280622	
CAPÍTULO 23	245
SOIL SCIENCE: FROM BABYLON TO THE PRESENT Manuel Teles Oliveira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280623	
CAPÍTULO 24	255
TRICENTENÁRIO DA ESCRAVIDÃO: A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA CONSCIÊNCIA CRÍTICA PARA A SENSIBILIZAÇÃO DO EDUCANDO Diogo da Silva Roiz Mirian Roberta Fernandes Pereira  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280624	
CAPÍTULO 25	269
UM OLHAR SOBRE O URBANISMO E EDIFICAÇÕES NO MEDIEVO Damião Amity Fagundes  https://doi.org/10.22533/at.ed.31621280625	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	282
ÍNDICE REMISSIVO	283

CAPÍTULO 4

A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E A RELAÇÃO COM O PROCESSO HIGIENISTA NA CIDADE DE TERESINA ENTRE OS ANOS (1852-1889)

Data de aceite: 23/06/2021

Data de submissão: 06/04/2021

Nara Viviany Moura de Oliveira

Universidade Federal do Piauí
Programa de Pós-Graduação em História do
Brasil
Teresina-Piauí
<http://lattes.cnpq.br/0661214354934453>

Kércia Andressa Vitoriano Gonçalves

Universidade Federal do Piauí
Programa de Pós-Graduação em História do
Brasil
Wall Ferraz- Piauí
<http://lattes.cnpq.br/0794333520310154>

Texto adaptado de versão publicada em *Anais do I Congresso Internacional de gênero, práticas e epistemologias: abordagens contemporâneas* (2020).

RESUMO: A partir da segunda metade do século XIX, com a transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, novos aspectos passaram a rodear a mentalidade e o dia a dia da jovem cidade. Planejada por Isidoro França e José Antônio Saraiva, a planta da cidade feita em 1851, trazia entre seus aspectos, moldes que buscavam um ar de salubridade e higiene. Além de buscar uma melhor higienização à cidade, prédios públicos passam a ser formulados no sentido de trazer organização aos espaços. Entre esses prédios, destacamos a construção da

Santa Casa de Misericórdia em 1861. Contrária a toda essa inovação e modernidade, as ruas de Teresina presenciavam em seu cotidiano, a existência de um alto número de flagelados, que eram acometidos por diversas doenças. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de fundação da Santa Casa e sua relação com o processo higienista, no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Teresina. Salubridade. Santa Casa de Misericórdia.

THE HOLY HOUSE OF MERCY AND THE RELATIONSHIP WITH THE HYGIENE PROCESS IN THE CITY OF TERESINA BETWEEN THE YEARS (1852-1889)

ABSTRACT: From the second half of the 19th century, with the transfer of the capital from Piauí de Oeiras to Teresina, new aspects began to surround the mentality and the daily life of the young city. Planned by Isidoro França and José Antônio Saraiva, the city plan made in 1851 brought, among its aspects, molds that sought an air of wholesomeness and hygiene. In addition to seeking better hygiene in the city, public buildings are now being formulated in order to bring organization to spaces. Among these buildings, we highlight the construction of the Santa Casa de Misericórdia in 1861. Contrary to all this innovation and modernity, the streets of Teresina witnessed in their daily lives, the existence of a high number of flagellates, who were affected by various diseases. In this sense, the present work aims to analyze the founding process of Santa Casa and its relationship with the hygienist process, in the XIX th century.

KEYWORDS: Teresina. Healthiness. Holy House of Mercy.

1 | INTRODUÇÃO

No século XIX, o projeto de Brasil, que fincará a concepção de nacionalidade e de cidadão, tem por base um contexto eminentemente europeu. Ser cidadão significava ser civilizado, agir de acordo com normas estabelecidas, maneiras de se portar legitimadas em um todo social. Assim, o conceito de civilização empregado neste artigo é referente ao contexto do século XIX, que entendia civilização de dois modos: primeiro, a ideia associada ao comportamento do homem, a maneira de se portar em sociedade, o cidadão civilizado; segundo, civilização ligada a um processo e evolução da humanidade e da nação enquanto civilizados, um processo civilizador. No âmbito da cidade, civilização deveria ser manifestada dentro desses dois pontos mencionados, e é partindo deles que buscamos enxergar o que era ser civilizado na nova capital do Piauí, Teresina. Porém, ressaltamos que o enfoque para entender a urbe civilizada partiu da higienização.

O estudo em questão analisa como a Santa Casa de Misericórdia influenciou no processo de organização dos espaços e na busca por higienização e salubridade. A Santa Casa de Misericórdia como uma das protagonistas no processo de limpeza e higienização da cidade, apesar de todo o desejo na busca de uma cidade salubre, Teresina conseguiu, naquele período, se inserir nesse padrão.

Dessa maneira, este artigo tem como objetivo contribuir para o aumento da produção historiográfica sobre o processo de higienização na cidade de Teresina e a formação da Santa Casa de Misericórdia, especialmente na cidade de Teresina entre 1852 até 1889.

2 | PROGRESSO VS ATRASO: O SONHO DE UMA NOVA CAPITAL

Teresina, cuja fundação está diretamente relacionada aos interesses e motivações previamente estabelecidos, foi construída com a finalidade de ser a sede do poder administrativo da província do Piauí. Possuía um clima de intencionalidade estética, pois foi planejada para trazer melhoramento para administração da província. Assim, a cidade de Teresina é vista como a primeira capital planejada do Brasil, com seu sítio urbano traçado na forma de um tabuleiro de xadrez, um traço urbanístico em voga no Brasil de meados do século XIX, ou seja, Teresina, assim como as cidades construídas pelos espanhóis em suas colônias nas Américas, teve seu planejamento urbanístico e este já traçado com o intuito de ser a sede do governo (HOLANDA, 1995).

Edifícios como, por exemplo, igrejas, cemitérios, praças públicas, Câmara Municipal, foram construídos com o objetivo de desenvolver e promover a urbanização da nova cidade e contribuir para levar a província ao progresso. Na planta feita por Isidoro França e José Antônio Saraiva é possível ver como a cidade foi planejada e arquetada em 1851, ano

anterior à sua fundação.

Na planta da cidade de Teresina, desenhada por Isidoro França, o mestre de obras deixa claro a sua proposta para o local, ruas retilíneas foram construídas priorizando a arquitetura urbana e praças foram propostas para a construção, cruzando-se no entorno de algumas ruas. Também foi definido um espaço para o cemitério fora do ambiente urbano. Assim, a historiadora Mariana Antão Carvalho Rosa (2015, p. 17) ressalta que:

O lugar determinado por Isidoro para a construção do 'Campo Santo' era afastado do sítio urbano sugerido por Saraiva, isso mostrava que os idealizadores de Teresina tinham alguma preocupação com a salubridade e higiene da futura cidade, também, denota que eles tinham ciência dos 'perigos' causados às pessoas em virtude dos enterramentos nas igrejas e em cemitérios intramuros.

O processo de construção dos primeiros prédios de Teresina foi analisado pela historiadora Genimar Machado Resende de Carvalho (2013). Ela foca sua análise na participação dos educandos artífices e dos escravizados da nação no processo de construção das obras públicas da cidade. Seu trabalho é de grande importância para a compreensão do processo de construção das principais obras públicas que serviram como marco inicial da cidade de Teresina, a exemplo, da igreja Nossa Senhora do Amparo, primeiro prédio público a ser construído.

No que tange à construção da igreja matriz de Teresina, a historiadora destacou que “tão logo iniciada a obra, deparou-se com a falta de materiais, trabalhadores e recursos financeiros, chegando a ficar paralisada por 35 dias devido à falta de cal” (CARVALHO, 2013, p. 38). Ela acrescenta que os recursos utilizados nas construções das obras da Igreja Matriz foram, em grande parte, conseguidos através de doações, e mesmo assim eram poucos. Mas, “mesmo com todas as dificuldades e a passos lentos, a construção da igreja matriz se desenvolvia, contando com recursos vindos das mais variadas fontes” (CARVALHO, 2013, p. 40). De acordo com Carvalho, além da crônica falta de dinheiro, as obras da igreja enfrentaram também problemas devido à falta de ferramentas.

Outro prédio criado e que visava uma melhoria na estrutura da cidade além de uma melhor higienização do espaço público, foi a Santa Casa de Misericórdia. O presidente da província, Luís Carlos de Paiva Teixeira escreveu nas *Leis Piauienses de 1853* a respeito da resolução 361, §1º que haveria em Teresina um hospital de caridade, para o qual passará o pessoal do que foi estabelecido na cidade de Oeiras. A administração da Santa Casa de Misericórdia era de competência do administrador geral, como nos indica o vice-presidente da província, José Manoel de Freitas (*apud* FREITAS, 1988, p. 33):

O hospital de caridade começou a funcionar em 1 de janeiro de 1854, na parte pronta do quartel de polícia, visto não existir casa própria, em virtude da disposição do art. 7 da Lei nº 361 de 14 de setembro de 1853, que mandou aproveitar provisoriamente o referido quartel.

Assim, passava a existir na cidade de Teresina um hospital de caridade, que tinha

a função de receber, principalmente, pessoas pobres, escravos da nação e soldados. A sua construção foi iniciada na antiga capital da província, Oeiras, em julho de 1835. Com a transferência da capital para Teresina, o hospital começou a funcionar em 1854 como hospital de Caridade, sendo fundado no ano de 1860 a Santa Casa de Misericórdia, na capital do Piauí.

O vice-presidente da província José Manoel de Freitas escreveu na sua resolução de n. 598 de 6 de agosto de 1866, capítulo 1, art. 2º, a respeito das irmandades já instaladas na Santa Casa de Teresina: “a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, sob invocação de N.S. das Dores, sua Advogada e Padroeira, tem por fim a prática de obras pias e de misericórdia, que suavizem as dores dos enfermos desvalidos” (PIAÚÍ, 1866).

Sendo assim, “no que se trata das funções das irmandades no Brasil, é importante ressaltar que elas foram criadas no período colonial por conta da necessidade de suprir a distância do governo colonial com a assistência social” (SILVA, 2016, p. 24). Formados por uma maioria leiga, as irmandades voltadas à Santa Casa de Misericórdia faziam um papel assistencialista onde a ajuda material, corporal e espiritual aos mais necessitados era uma das maneiras de prestar sua benevolência frente à sociedade. Desta forma, “as irmandades eram associações corporativas, no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais” (REIS, 2009, p. 51).

Apesar de construção social e toda sua importância na constituição da Santa Casa de Misericórdia, foi observado que a irmandade era uma instituição filantrópica responsável pela Santa Casa e muitas vezes não cumpria o seu papel de auxílio. No relatório do estado dos negócios da Santa de Misericórdia, o secretário do Hospital, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, destaca no ano de 1871:

É doloroso dizer-se, mas é força confessá-lo. Bem poucos são os irmãos da Santa Casa de Misericórdia, que não se acusão ao... pagamento dos seus débitos, segundo se evidencia das dificuldades que encontram nestas cobranças os empregados dela encubidos, e dos recolhimentos que se tem feito, a respectiva, proveniente deste ano da receita da irmandade. Assim, parece evidente que as despesas do hospital da Santa Casa de Misericórdia, são feitas unicamente as custas da província, isto é, com a importância da subvenção que recebe mensalmente dos cofres provinciais, a vista do que, e na impossibilidade de obter-se os meios precisos para colocar-se a irmandade num estado mais lisonjeiro, visto como ela não tem patrimônio nem rendimento algum, me parece impossível a continuação de sua existência, a menos que a província não se queira onerar, com uma despesa muito maior do que a que atualmente faz com aquele estabelecimento, despesa que aliás eu considero já bastante crescida, em relação também ao estado atual das suas finanças (CASTELO BRANCO, 1871).

Conforme citação acima, podemos perceber que a Irmandade de Misericórdia, apesar de tentar cumprir o seu papel como uma instituição filantrópica, encontrava dificuldades para a realização dos seus pagamentos mensais. No referido relatório, além das dificuldades em relação ao cumprimento de pagamento, é destacado que entre os

anos de 1870 e 1871, a irmandade não devolveu nenhuma quantia que devia. Seu débito chegava à quantia de “R\$ 208\$000, não obstante ser o débito da irmandade, proveniente de joias e anuidades vencidas, de R\$ 2.736\$000 conforme o último quadro organizado” (CASTELO BRANCO, 1871). Dessa maneira, o secretário da Santa Casa de Misericórdia, relata que:

Neste Lastimável estado de coisas, seria, talvez, mais razoável que se extinguisse a irmandade, e que a província, que faz as despesas do respectivo hospital, o recebesse e dirigisse, fazendo-lhe as reformas que julgasse mais precisas, no sentido de diminuir as suas despesas(...) (CASTELO BRANCO, 1871).

Apesar de toda busca por uma civilidade, seja a partir da construção de prédios que visavam a organização e limpeza das cidades, esses discursos civilizatórios tinham algumas imprecisões e dificuldades na consolidação do seu processo. Como nos descreve o presidente da província do ano de 1872, Dr. Pedro Affonso Ferreira: “achando-se em completo estado de ruína o edifício a qual funciona o hospital a cargo da respectiva Irmandade, foi autorizada pelo meu antecessor a construção de outro” (FERREIRA, 1872).

Como é possível perceber no referido relatório, o hospital da Santa Casa passava por dificuldades em sua estrutura, mesmo doze anos após a sua instauração na cidade de Teresina. As dificuldades encontradas para a realização da obra de infraestrutura na Santa Casa de Misericórdia, constituíam diversos motivos, seja pela falta de dinheiro que se ressentiam os cofres provinciais, ou pela falta de uma planta e orçamento para a construção, além das dificuldades na execução da obra. Assim nos relata o presidente da província, no ano de 1872:

Não só pela falta de dinheiro de que ainda se ressentem os cofres os cofres provinciais, como por que não existe planta e nem outro orçamento para a construção dessa obra, além do respectivo e deficiente termo do contrato, tenho tido embaraços em mandar executar. Todavia, de acordo com o contratante, designei o lado norte da praça Campo de Marte, entre os edifícios da cadeia e quartel, para ela ser construída (FERREIRA, 1872).

Nesse relatório, além da dificuldade na execução da obra, é frisado que o antecessor do Dr. Pedro Affonso Ferreira via a necessidade da construção de um novo prédio para a Santa Casa de Misericórdia, existindo uma certa preocupação por parte do gestor. Segundo o contrato existente, o edifício novo da Santa Casa de Misericórdia deveria ter 125 palmos de comprimento com 20 de altura, 12 janelas e uma porta da frente. Dessa maneira a intenção era criar um prédio grande e ter uma boa funcionalidade, que fosse arejado, auxiliando na organização do espaço e no tratamento aos doentes. Entretanto, como é destacado no relatório, apesar das dificuldades que a gestão pública e o próprio contratante encontram para a execução da obra, estas já estavam iniciadas, e a pretensão era aumentar ainda mais a Santa Casa de Misericórdia.

A partir de documentos analisados no Arquivo Público do Piauí é possível perceber

que, mesmo com o passar dos anos, a estrutura e construção do prédio referente a instituição de saúde, persistia com as mesmas dificuldades, como assim destaca o Provedor da Santa Casa, José Joaquim Avelino em ofício enviado ao Senhor Doutor Graciliano de Paula Baptista, em julho de 1877:

Constando-me no contrato existente entre essa presidência e o construtor do edifício em que funciona o hospital de misericórdia desta cidade, foi estipulada a condição de se responsabilizar o mesmo construtor, por espaço de seis meses, pela solidez e boa conservação do mesmo edifício, e acontecendo ter desabado completamente duas vidraças das janelas do referido prédio, que ficaram reduzidos a pedaços, e isto pela nenhuma segurança que houve na colocação das mesmas, defeito este que se recente todas as outras vidraças das demais janelas do mencionado edifício, levo o ocorrido ao conhecimento de Vossa Excelência, a fim de que se digna providenciar como for de direito. Deus Guarde a Vossa Excelência Teresina 1 de julho de 1877 (AVELINO, 1877).

A partir da análise do ofício, podemos perceber que as condições da Santa Casa em termos de estruturas não eram as mais adequadas ou organizadas, que favorecessem tratamentos de saúde, ou o recebimento de doentes. As construções de péssima qualidade são denunciadas pelo administrador, José Joaquim Avelino, exigindo melhorias na infraestrutura do local. Além disso, as condições de salubridade existentes no hospital não eram favoráveis ao tratamento de saúde.

Segundo documento encontrado nos manuscritos da Santa Casa de Misericórdia, o provedor do hospital, Odorico Brazilino de Albuquerque Rosal, em relatório enviado ao presidente da província, Manoel do Rego Barros Sousa Leal no ano de 1871, relata queixa sobre a falta de presas para realizar as faxinas no hospital, prejudicando a higiene do local, que já durava cinco dias. No documento, o gestor responsável pela Santa Casa descreve a necessidade do envio dessas presas para a realização da faxina, bem como a necessidade de manutenção da salubridade do local, como podemos observar abaixo:

Fazem, cinco dias hoje que não se faz a necessária limpeza ou faxina no hospital da Santa Casa da Misericórdia, por que tendo sofrido alteração a ordem do serviço da cadeia, de modo que os presos que fazem ali a faxina não podem em seguida fazer a do hospital, como antes era; dos quartéis nem da guarda da cadeia querem fornecer as necessárias praças para acompanhar os presos que especialmente devem fazer um tal serviço. Tendo de balde reclamado contra isso ao Senhor Doutor Chefe de Polícia, porque até este momento nenhuma providência ainda apareceu em ordem a fazer cessar tão grave inconveniente em um hospital; para que não continue um tal escândalo, que pode muito comprometer a salubridade publica pela acumulação de matérias pútridas durante tantos dias, recorro a Vossa Excelência para que se digne providenciar para que esse serviço se faça com a indispensável regularidade (ROSAL, 1871).

Não diferente da Igreja Matriz, a Santa Casa de Misericórdia enfrentou graves problemas em sua estrutura. A necessidade de melhorias em seu prédio contrastava com

a falta de investimentos, seja por meio das irmandades que eram responsáveis pela obra filantrópica da Santa Casa, ou pela necessidade de um maior investimento financeiro por parte da província, o que dificultava os trabalhos e a melhoria nos serviços de saúde oferecidos no local. Além disso, a necessidade de um ambiente com uma infraestrutura de qualidade, além de higiênico para o recebimento e tratamento de doentes, auxiliaria na relação do hospital com a cidade como um todo.

A partir do ano de 1888, a administração do cemitério passou a pertencer a Santa Casa de Misericórdia:

Pela resolução nº 1170, de 25 de junho de 1888, ficou o cemitério público de Teresina pertencente à Santa Casa de Misericórdia. Pelo art. 72 § 5 da constituição da república, o cemitério passou a ser administrado pela autoridade municipal (FREITAS, 1988, p. 159).

Com o advento da República o cemitério continuou a ser gerenciado pela Santa Casa de Misericórdia, e os enterramentos passaram a ser de sua responsabilidade. Em pesquisa nos documentos da Santa Casa de Misericórdia encontramos a tabela de cobranças de enterros e preparos mortuários feitos pela Santa Casa de Misericórdia. Divididos em 3 classes, a Santa Casa de Misericórdia, expõe os preços para caixões de primeira, segunda e terceira classe, informando os objetos que acompanhavam o caixão, o que tornava o velório mais vistoso.

Nos enterros de primeira classe acompanhavam o moribundo um caixão coberto de veludo preto, seda preta, ou cetim de cores, formado de cetim e enfeitado com galões finos, custando 100\$000 contos de réis para adultos ou maiores de 11 anos; 70\$000 contos de réis para menores de 11 anos e, 40\$000 contos de réis para crianças de qualquer tamanho ou até 5 anos. Já os enterros de segunda classe traziam em sua pompa um caixão coberto de belbutina preta forrado de solante e enfeitados com galões de segunda qualidade com cadeados e argolas de latão. Os preços cobrados por esse caixão para adultos maiores de 11 eram de 60\$000 contos de réis, para menores de 11 anos cobrava-se 40\$000 contos de réis e, 20\$000 era o preço do caixão de segunda classe para crianças de qualquer tamanho até cinco anos. Os caixões de terceira classe, caixões mais simples, vinham acompanhados por um lutum preto ou lã de cor, enfeitados com galões de segunda qualidade com cadeados e argolas. Custavam em torno de 40\$000 contos de réis para adultos maiores de 11 anos, 25\$000 contos de réis para menores de 11 anos e 15\$000 contos de réis para crianças até 5 anos (PIAUÍ, 1855).

A tabela de cobranças de enterros mortuários da Santa Casa de Misericórdia apresenta alguns preparos mortuários, dos quais destaca-se: a compra de missas e velas, missas ditas, porta velas, entre outros. Assim, também, deixando descritas algumas observações:

A Santa Casa recebe o cadáver vestido por conta e custo da família. Declinando, porém, a família disto a mesma Santa Casa se incube de mandar

vestir o cadáver, mediante ajuste prévio. As demais despesas a fazer-se com o enterro bem como sepultura, padres, irmandades e música para o acompanhamento etc., etc. correrão também por conta dos interessados encarregando-se, porém de tudo a Santa Casa pela forma indicada pelos mesmos interessados, pagando estes depois as respectivas despesas (PIAUÍ, 1855).

No final do século XIX ocorreram algumas alterações em relação aos enterramentos sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia, como os preços cobrados. No entanto, algumas permanências podem ser observadas, como os ritos pré e pós-morte que acompanham o moribundo desde a antiguidade (PIAUÍ, 1855).

3 I TERESINA, CIDADE SALUBRE OU APENAS UM TERMO USUAL?

A transferência da capital para a cidade de Teresina, além de trazer consigo novos conceitos, trouxe diferentes modos de pensar, agir e viver em sociedade. A construção de um cemitério fora do sítio urbano trazia “conceitos” de civilidade e desenvolvimento presentes desde o início do século XIX. Assim, é possível afirmar que para as pessoas que viviam no Piauí, principalmente para as classes mais abastadas, o progresso estava chegando. Apesar de haver uma preocupação em colocar o cemitério afastado da cidade, a população da nascente capital foi acometida por epidemias e doenças.

Problemas de saúde como, por exemplo, a cólera e a febre amarela, faziam-se presentes nas principais capitais do país devido às más condições de saúde e salubridade. Para muitos, a criação de cortiços e casebres contribuía para a falta de saneamento básico em áreas de difícil acesso e a carência no tratamento de água dificultavam o melhoramento e o acesso à higienização, facilitando o aumento de epidemias e moléstias. Dessa maneira, políticas higienistas se intensificaram com o intuito de conter epidemias e melhorar o aspecto físico do espaço urbano nas principais cidades do Brasil, no século XIX (CHALHOUB, 1996).

Desta forma, o discurso higienista e desenvolvimentista presente no cotidiano de cidades brasileiras influenciava o dia a dia da jovem cidade Teresina. Maria Mafalda Baldoíno Araújo (1995, p. 20) destaca que “a aspiração pelo progresso, revelada nos discursos e na prática, pode ser traduzida nos projetos políticos e nas lutas por iluminação pública, estradas, telégrafos, encanamento d’água e estrada de ferro”. Teresina em seu processo de construção organizou-se de forma planejada, momento em que aspectos médicos-higienistas e civilizatórios se fizeram necessários, buscando colocar ordem, além de projetar cidade de uma forma limpa e saudável, onde doenças, epidemias, surtos ou endemias não imperassem. Porém, mesmo com essas iniciativas, as epidemias e doenças sugeriram na capital.

Dessa forma, alguns organismos que buscavam controlar populações carentes, promovendo princípios médicos-higienistas e conferir um ar de salubridade e sistematização

para a cidade foram criados, sendo fundados locais como:

O Colégio dos Educandos Artífices, Santa Casa de Misericórdia, Asilo dos Alienados, e Asilo de Mendicidade, que tinham por fim afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho e prevenir a 'ociosidade' e a 'vagabundagem' (ARAÚJO, 1995, p. 20).

Os diferentes contrastes presenciados nos discursos, e no cotidiano da mais nova capital, mostra diferentes faces de uma mesma realidade, pois “enquanto a elite política do Piauí defendia, em sua fala, a necessidade de uma prática progressista, do outro lado emergia uma parte da população de Teresina vivendo do subemprego, da mendicância e de trabalhos temporários” (ARAÚJO, 1995, p. 35).

Através da análise documental é observável que nos anos de 1852 e 1853 houve, no lançamento do exercício fiscal, gastos relativos à epidemia de febre amarela em quase todas as províncias do Brasil, menos no Piauí, embora nas províncias vizinhas, Ceará e Maranhão, tenham existido gastos um tanto tímidos (300\$000 e 33\$240 respectivamente) (BRASIL, 1852). Desta forma, Clodoaldo Freitas em seu livro *História de Teresina* (1988), escreveu a respeito do relatório do médico Dr. Simplício de Souza Mendes, publicado no relatório do presidente da província Junqueira, em 1857, tratando assim das moléstias existentes em Teresina:

Considerando agora a salubridade geral da província, eu me desvaneço de afirmar a V.Exc. que felizmente, tem a população do Piauí gozado da inapreciável ventura de não ter dentro de si as desoladoras e infernais pestes dos tipos *cólera-morbus*, febre-amarela, etc., que tantos e tão repetidos estragos hão feito de vidas e fortunas nos habitantes das província do litoral do império e se não fora a sífilis, moléstias comum e geral nestes climas, desenvolvida e até adquiridas em consequência do pouco asseio, incúria e tendência sensual da população; as intermitentes, catarrões, oftalmias e pleurises, devidas a fortes e constantes embates de causas físicas, que operam sua ação sobre a pele e membranas mucosa e aérea, certamente que se poderia dizer, feliz o estado da saúde pública que só se considera alterada em princípios e fins de inverno, na estação da primavera e durante os rigores de um longo estio[...] (FREITAS, 1988, p. 19-20).

Como escrito por Clodoaldo Freitas, o Dr. Simplício Mendes descreveu o estado da saúde e da salubridade existentes na província no ano de 1857. Assim, o Piauí, na opinião do médico, mostrava ser um local higienizado, que em seu cerne moléstias e epidemias não imperavam, apenas alguns problemas de saúde, como as febres intermitentes, sífilis, catarrões e outros problemas causados pela falta de higienização do povo e as diversas cheia e seca dos rios que alteravam o clima, causando na população problemas de saúde.

Entre os anos de 1850 e 1862 os gastos com a saúde no Piauí foram equilibrados, exceto ao ano de 1859, quando um surto de *Cholera Morbus* acometeu a província. Dessa forma, foi necessário um maior investimento na área da saúde. Uma quantia de 750\$000 contos de réis foi aplicada com o objetivo de conter o surto e amenizar o sofrimento dos

habitantes. Em comparação ao número de verbas recebido do Governo Imperial em relação a outras províncias do Brasil como, por exemplo, o Ceará, que recebeu no ano de 1859, 13\$000 réis, é verificável que o Piauí recebia pouca verba. Além disso, a província passava por um aumento repentino no número de casos de cólera, ocasionando um surto epidêmico (BRASIL, 1850-1862).

Abaixo, na tabela 1, pode ser visto os gastos feitos na saúde, entre os anos de 1850 e 1862, no Piauí. Investimentos como médicos, enfermeiros-mor, enfermeiros simples, medicamentos, condução de medicamentos, cirurgias, água e luz foram alguns dos gastos feitos à saúde nesse período na província do Piauí (BRASIL, 1850-1862):

GASTO	1850-1851	1852-1853	1856-1857	1859-1860	1861-1862
SEGUNDOS DITOS	0\$000	0\$000	1:787\$500	2:310\$267	3:615\$494
MÉDICOS CONTRATADOS	0\$000	0\$000		641\$999	
ENFERMEIRO MOR	0\$000	297\$204	36\$500	182\$666	249\$000
ENFERMEIROS SIMPLES	0\$000	146\$000	36\$500	152\$400	180\$090
MEDICAMENTOS, DIETAS E SANGUESUGAS	0\$000	2:873\$674	3:104\$851	2:832\$300	2:823\$897
ROUPAS E UTENSILIOS	7\$360	264\$340		289\$300	1:798\$320
CONDUÇÃO DE MEDICAMENTOS	1:946\$263	0\$000		75\$800	
CIRURGIÕES	410\$666	199\$992			
ÁGUA E LUZES	110\$620	70\$960			

TABELA 1: MINISTÉRIO DA GUERRA CORPO DE SAÚDE.

Podemos afirmar com base nos números dos livros de receitas e despesas da Coroa Imperial do Brasil, que os gastos com a higiene e a sanitização de Teresina eram praticamente inexistentes, o que nos leva a crer em um quadro constante de doenças ligadas à falta deste tipo de política pública. Já epidemias causadas por vetores externos, como a febre amarela, são mais raras (BRASIL, 1850-1862). Assim, o surto de cólera ocorrido no ano de 1859 é um exemplo do tipo de epidemia que afetava a capital do Piauí naqueles tempos. Doenças relacionadas com a falta de higiene e de tratamento adequado da água eram o grande desafio para os sanitaristas que se predispunham a trabalhar em Teresina. Vale ressaltar que esses trabalhadores eram um pequeno número até o início do século XX.

A busca por melhorias nas questões salubres e higiênicas na cidade de Teresina era

de suma importância. Na década de 1870, os problemas na Santa Casa de Misericórdia se agravavam, tendo como motivação principal a seca dos anos (1877-1879), que assolou parte do Nordeste do Brasil, causando problemas estruturais de cunho econômicos e políticos.

Durante muito tempo, o Piauí serviu como corredor de passagem e local de refúgio para os flagelados das províncias vizinhas. Com o aumento populacional causado pela migração das pessoas que fugiam da seca, o hospital de Teresina, conhecido como Santa Casa de Misericórdia, desde 1861, passou a enfrentar ainda mais problemas. Era função do hospital receber doentes, como escravos das fazendas nacionais, pessoas pobres e soldados, e a partir da década de 1870 passou a receber também alto número de migrantes, vindos das diferentes províncias do Nordeste.

Entre os anos de 1877 e 1879 houve um aumento no atendimento da população pobre na Santa Casa de Misericórdia, quando a maioria das pessoas que deram entrada eram flagelados, acometidos pela seca. Segundo a historiadora Maria de Araújo (1995, p. 36), “a presença de homens, mulheres, velhos e crianças nas ruas da cidade de Teresina, nos anos de 1877-1879, foi considerado um fenômeno de desordem”. As ruas da cidade ocupadas por pessoas pobres demonstravam o reflexo de um flagelo que acometeu uma massa de nordestinos. A entrada de migrantes no Piauí aumentou, conseqüentemente, o número de casos de doentes. Isso se devia, provavelmente, à própria insalubridade a que eram submetidos, visto que muitas pessoas já chegavam doentes ao Piauí.

Segundo o quadro demonstrativo do movimento de enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de Teresina, do ano de 1877-1878, feito pelo secretário Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, observamos que 90 (noventa) pessoas deram entrada no hospital, nos devidos anos, sendo que dessas 90 (noventa) pessoas, 28 (vinte e oito) eram homens pobres, 45 (quarenta e cinco) eram mulheres pobres, 15 (quinze) eram soldados e 2 (dois) eram escravos (CASTELO BRANCO, 1877-1878).

Abaixo podemos ver a tabela que mostra as entradas e saídas realizadas nesse período no hospital da capital:

1877 a 1878	Pobres		Soldados	Escravos	Soma
	Homens	Mulheres			
Existiam	5	6	2	0	13
Entrarão	23	39	13	2	77
Soma	28	45	15	2	90
Sairão curados	15	30	13	1	59
Falecerão	4	11	1	1	17
Existem	9	4	1	0	14
Soma	28	45	15	2	90

TABELA 2: ENTRADA E SAÍDA NA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA (1877-1878).

Observando a tabela, percebemos que o número de entrada de mulheres pobres se iguala ao número somado de casos entre homens pobres, soldados e escravos. Dessa forma podemos entender que na maioria das vezes as mulheres estavam mais suscetíveis ao contágio de certas doenças, considerando também que o maior número de falecimentos nos anos de 1877-1878 era de mulheres.

As péssimas condições, aliadas a falta de higiene e a insalubridade a que essas mulheres viviam podem ser as causas para o alto índice de entrada e falecimento delas. A presença desses “derregadores sociais” constituía para a elite uma ameaça cotidiana, eles eram vistos como os principais responsáveis pelo aumento das mortes na cidade. Além disso, o medo do contágio de doenças e do perigo ocasionado nas ruas pelo aumento do número de imigrantes pobres gerava uma insatisfação por parte da elite local, onde a sociedade, por meio do seu imaginário progressista, buscava organizar e reordenar o espaço urbano de uma forma salubre e sadia, adequada ao convívio das pessoas. A necessidade de uma melhoria na cidade perpassava por objetivos políticos e econômicos de crescimento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teresina entre os anos de 1852 e 1889 passava por um processo de modernização e desenvolvimento, onde o discurso de ordem e progresso se fazia presente na nascente capital. Construída com aspecto planejado, Teresina tinha como uma de suas principais obras públicas a Santa Casa de Misericórdia. A fundação do hospital buscava principalmente adequar a nova capital aos modelos higienistas do período, tornando-a um lugar adequado para a população, isso em termo de salubridade. Buscando cada vez mais um ambiente limpo e livre de impurezas, governantes e pessoas da elite teresinense, que tinham um pensamento progressista, criaram leis e desenvolveram projetos com o fito de organizar o espaço público.

Apesar de todo esforço desses grupos, o Hospital de Misericórdia sofria com dificuldades em sua estrutura, além de não ser um local adequado e salubre para o recebimento e tratamento de doenças, o que colocava em dúvida o ideal progressista pregado pela elite piauiense. Dessa maneira, é perceptível que a transferência da capital, embora auxiliasse no crescimento da província, ainda apresentava alguns problemas de ordem pública e sanitária a se resolver. Portanto, a criação de locais como a Santa Casa de Misericórdia, que enfrentou problemas, como a higienização e a estrutura dos espaços, auxiliou muitas pessoas no tratamento de saúde, principalmente pessoas pobres e indigentes, entre outras classes que recebiam atendimento pelo devido hospital.

Como descreve Durval Muniz de Albuquerque Júnior no livro *O tecelão dos tempos: novos ensaios de Teoria da História* (2019), a respeito das narrativas e das construções historiográficas:

Sem o sopro de vida das narrativas historiográficas, as brasas que restaram do fogo das batalhas do passado, das fogueiras das vaidades ou das revoluções, e que jazem ainda crepitando mortijas sob as cinzas do tempo, fagulhas de esperanças, de projetos, de desejos, de sonhos, restos das chamas das paixões e das rebeliões humanas, não voltariam a brilhar, a crepitar, a queimar, em nosso tempo, a nossa carne e a nossa consciência (ALBUQUERQUE, 2019, p. 31).

Como destaca Durval Muniz, as narrativas historiográficas são como “fagulhas de esperança. Projetos, desejos”. Assim, entendendo o que o autor acrescenta, podemos afirmar que o presente trabalho oferece contribuição importante para ampliar os debates e indicar caminhos para novas pesquisas em torno de alguns temas, dentre eles o processo de modernização e higienização da cidade, bem como a necessidade do assistencialismo representado pela Santa Casa de Misericórdia de Teresina.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

AVELINO, José Joaquim. *Ofício enviado ao Presidente da Província Graciliano de Paula Baptista*. Teresina, 1877.

BRASIL. Ministério da Fazenda. *Balanços da receita e despesa do Império: nos exercícios de 1852-1853*. Estado da dívida ativa e passiva. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852.

CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850/1873)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2013.

CARVALHO ROSA, Mariana Antão. *Cemitério São José: Entre a história e a memória dos enterramentos em Teresina*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2015.

CASTELO BRANCO, Miguel de Sousa Borges Leal. *Relatório do estado dos negócios da Santa de Misericórdia*. Teresina, 1871.

_____. *Demonstrativo do movimento de enfermarias da Santa de Casa de Misericórdia*. Teresina, 1877-1878.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiço e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

FERREIRA, Pedro Afonso. *Relatório dos Presidentes da Província*. Teresina, 1872. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/brazil> . Acesso em: 24 jan. 2021.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019.

OLIVEIRA, Elene da Costa. *A arte de bem morrer: a cultura funerária na cidade de Teresina, Piauí (1852-1896)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2014.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. O cotidiano no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando. (org.) *A história da vida privada no Brasil Império*. São Paulo: companhia das letras, 1997.

ROSAL, Odorico Brazilino de Albuquerque. *Relatório enviado ao presidente da Província Manoel do Rego Barros Sousa Leal*. Teresina, 1871.

SILVA, Rafaela Martins. *As faces da Misericórdia: a Santa Casa de Teresina na Assistência Pública (1889-1930)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2016.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia boliviana 121
Análise de dados sensoriais 46
Atividades práticas 129, 136, 137, 140, 141, 266
Áulicos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 10

C

Celebrações 59, 61, 64, 65
Ciência 33, 81, 83, 109, 111, 115, 118, 119, 245, 262, 270, 271
Cientista sensorial 46
Código penal 97, 98, 105, 106
Consumidor 46
Cuidados de saúde 69, 71, 75, 79
Cultura 2, 8, 10, 12, 14, 16, 22, 25, 27, 28, 29, 30, 44, 62, 101, 105, 121, 128, 151, 155, 156, 170, 171, 176, 182, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 263, 266, 279, 282

D

Ditadura 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 168, 169, 178, 184

E

E-nose 45, 46, 54, 55
E-tongue 45, 46, 55
Elite intelectual 1, 5, 6, 7, 8, 9
Ensino 7, 60, 62, 63, 64, 67, 68, 69, 76, 78, 82, 94, 95, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 141, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 215, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 281, 282
Ensino fundamental 129, 130, 131, 134, 258

G

Georreferenciamento 97
Ginásio Municipal de Serrolândia 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67

H

Histologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118

I

Identidade 2, 11, 12, 21, 22, 27, 29, 113, 121, 122, 125, 126, 127, 137, 174, 175, 178, 183,

185, 194, 198, 258, 260, 264, 266, 267

Imigração 12, 14, 18, 19, 22, 78, 193, 194, 209, 212

Imprensa 1, 2, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 122, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 177, 178, 179, 185, 186, 192, 193, 194, 207, 208, 210, 212, 216, 237

L

Leitura de mapas 129, 130, 131, 132, 134, 141

Lugar 19, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 33, 42, 99, 103, 106, 115, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 134, 135, 136, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 160, 165, 174, 175, 183, 203, 208, 219, 228, 232, 239, 242, 259, 261, 263, 266, 274

Lugar de memória 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 143, 144, 150

M

Medicina 8, 98, 109, 110, 113, 115, 116, 117

Memória 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 43, 61, 63, 67, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 162, 187, 193, 194, 217, 228, 229

Microscópio 109, 111, 113, 114, 115, 116, 117

Mulheres 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 41, 42, 61, 68, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 98, 100, 101, 105, 110, 149, 179, 180, 183, 184, 198, 218, 219, 220, 224, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 233, 238

P

Patologia 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Políticas 1, 2, 3, 4, 7, 9, 15, 38, 60, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 79, 111, 179, 181, 184, 190, 191, 255, 256, 259, 260, 264

Práticas cívicas 59, 60, 62, 63, 64, 65, 67

R

Relatos de viagens 23, 25, 27

Repressão policial 97, 100, 105

Reprodutiva 69, 70, 71, 73, 74, 75, 78, 79, 229

Rio de Janeiro 1, 6, 8, 10, 11, 22, 30, 43, 67, 78, 95, 97, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 107, 108, 128, 141, 150, 161, 162, 163, 177, 179, 180, 184, 185, 226, 268

S

Salubridade 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42

Santa Casa de Misericórdia 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42

Saúde sexual 69, 70, 71, 73, 75, 76, 78, 79

Seringueiros brasivianos 121

T

Teresina 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 218, 219, 220, 222, 224, 226

Atena
Editora

Ano 2021




HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



HISTÓRIA:

Consensos e dissensos engendrados

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)

 [facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)